



XIII ENCONTRO CÍVICO IBERO-AMERICANO PARA A XXVII CIMEIRA IBERO-AMERICANA DE 2020

“Inovação para o Desenvolvimento Sustentável – Objetivo 2030. A Ibero-América perante o desafio do Coronavírus”

Dias 28 e 29 de setembro de 2020, formato virtual

Declaração final do XIII Encontro Cívico Ibero-Americano 2020

As plataformas nacionais e as redes regionais aqui presentes de forma virtual, reuniram-se nos dias 28 e 29 deste mês de setembro de 2020, a fim de desenvolverem o XIII Encontro Cívico Ibero-Americano e de elaborarem a presente declaração que fará parte da XXVII Cimeira Ibero-Americana que terá lugar em Andorra nos dias 21 e 22 de abril del 2021: *“Inovação para o Desenvolvimento Sustentável - Objetivo 2030. A Ibero-América perante o desafio do Coronavírus”*.

Consideramos que:

Dois anos após o XII Encontro Cívico Ibero-Americano nos encontramos no contexto de **uma crise global, inédita, multidimensional, sanitária, social, educativa, económica, climática e política** que acentuou as desigualdades já existentes, estando em consequência a pôr em risco os progressos alcançados nos direitos humanos e na democracia e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A situação de pandemia demonstrou que o modelo de desenvolvimento hegemónico construído sobre a lógica extrativista, de acumulação de capital e de domínio sobre as pessoas e a natureza está esgotado e que é um modelo incompatível com os direitos humanos, **ao mesmo tempo que põe em risco a civilização tal como a conhecemos até agora**.

De acordo com informações da CEPAL, em 2020 a economia da América Latina e do Caribe cairá 9% devido à pandemia; mais 45 milhões de pessoas situar-se-ão abaixo do limiar da pobreza; perder-se-ão 15% dos empregos formais; incrementar-se-ão os níveis de informalidade profissional; e o comércio internacional da região diminuirá 23%. Segundo a União Europeia, em 2020 a economia europeia contrair-se-á 8,7%, o que em grande medida se refletirá no desemprego. **O endividamento dos Estados** será outro fator-chave desta crise, que deverá levar a repensar no seu sistema de financiamento, fiscalidade tributável e controlo social.

A pandemia pôs em evidência que o mercado não é o melhor distribuidor de recursos essenciais e que perante situações de crise os mercados retrocedem e não são eficazes. A cidadania encontrou-se assim perante Estados enfraquecidos pelas privatizações, impunidade e corrupção; Estados com políticas públicas fracas, com graves dificuldades em garantir serviços e bens públicos de qualidade e universais. **Os Estados tomaram diferentes posições relativamente à pandemia**. A maior parte deles tomaram medidas sensatas e centradas nos cuidados em função das informações disponíveis, mas não de forma suficientemente articulada com outros países, nem com a sua própria sociedade civil. Mas outros adotaram a atitude de negar ou minimizar o problema, aumentando assim a perda de vidas e utilizando a situação para concentrar o poder e aprofundar o nacionalismo.

Neste contexto, precipitou-se o **processo tecnológico e com ele a virtualização da vida**: trabalho, relações sociais, relações familiares, escola, formação, relações com a administração pública; todos os âmbitos da vida sofreram uma virtualização forçada que evidenciou ainda mais as desigualdades face às tecnologias. Estas desigualdades estão relacionadas com o direito à conectividade, mas também com o direito à alfabetização digital, para a compreensão e produção de conhecimentos e conteúdos virtuais. Tal tornou-se mais visível no terreno do ensino formal e não formal.

O espaço cívico e o ambiente habilitante da sociedade civil se fragilizou profundamente com a pandemia, impedindo as organizações sociais e comunitárias, bem como as Organizações da Sociedade Civil (OSC) em geral, do exercício, entre outros, dos direitos de associação, protesto pacífico, liberdade de expressão, acesso à informação pública, monitorização social e supervisão cidadã, silenciando as vozes e as visões diversas; desconhecendo o valor social e de desenvolvimento das OSC; e retirando a legitimidade à sua ação coletiva e solidária com a anuência de agentes públicos, privados e da



cooperación internacional. Em muitos países da região e numa diversidade de formas, a sociedade civil organizada está em risco.

As desigualdades de género se acentuaram nesta crise com o risco de retroceder para padrões do passado. As mulheres mais vulneradas, especialmente as que se encontram em situação de pobreza extrema, as mulheres indígenas e as mulheres objeto de tráfico e de exploração sexual, são as que mais estão a sofrer neste contexto. As violências machistas aumentaram devido à convivência das vítimas com os agressores. A desigualdade entre homens e mulheres também aumentou no que se refere ao tempo dedicado à prestação de cuidados. O trabalho essencial da prestação de cuidados em casa e nos centros de saúde, tornou-se mais visível do que nunca, mas nem por isso foi mais reconhecido.

As pessoas defensoras dos direitos humanos e do ambiente, homens e mulheres líderes comunitários, indígenas, camponeses e jornalistas se confrontam com riscos crescentes para as suas vidas. Continuam em perigo na maior parte dos países da região. Tudo isto é agravado com a confirmação de que em vários Estados não existe independência entre os poderes legislativo, executivo e judicial.

A crise sanitária e económica associada à COVID-19 prejudicou, sem dúvida e como sempre, as pessoas mais pobres, as comunidades rurais, os indígenas, os afrodescendentes e as minorias da nossa região.

A cooperação internacional também está a viver uma grande ameaça devido à redução de fundos, levando inclusivamente a uma concorrência desigual com os restantes agentes do desenvolvimento quando assumem o papel de executores de recursos públicos tal como acontece em vários países da região. Não podemos permitir que a crise aprofunde ainda mais o fosso entre países com economias mais fortes e países com economias empobrecidas. Neste contexto, a cooperação tem uma importância mais relevante do que nunca e terá de estabelecer um diálogo de colaboração entre todos os Estados e os agentes sociais para definir uma cooperação e solidariedade internacional que garanta os direitos humanos e a justiça global.

Instamos as e os Chefes de Estado e de Governo a que:

Tendo em conta o contexto apresentado, identifiquem e integrem nos seus debates e tomada de decisões o nosso **argumento central**. Afirmamos que a pandemia revelou, de forma acentuada, que o **Pacto Social** em vigor “meteu água” por todos os lados. Os acordos para a obtenção de um sistema de proteção social que proteja a saúde, educação, emprego, paz, segurança, equidade, etc. demonstraram ser absolutamente insuficientes, especialmente em países como os da nossa região.

Neste contexto, como sociedade civil organizada, queremos e devemos lançar uma mensagem clara que estabeleça **a urgência de criar UM NOVO PACTO SOCIAL a nível internacional, no qual, como região ibero-americana, temos um grande contributo a dar.**

Para isso:

- **Necessitamos de Estados** que garantam os direitos humanos da cidadania no seu conjunto. Que coloquem no centro as **pessoas** e não os mercados e que, portanto, estabeleçam regras de jogo distributivas que contribuam para diminuir radicalmente as enormes disparidades entre ricos e pobres.

Estados mais democráticos, participativos, com políticas sociais inclusivas e universais, que promovam a paz. Empenhados no diálogo aberto e profundo com os agentes da sociedade civil organizada, para a construção conjunta de políticas públicas.

Estados que, para mobilizar o crescimento sustentável, apostem no desenvolvimento local, na economia social e solidária e no trabalho digno, com a tecnologia adequada. Incluindo os movimentos e organizações sociais como gestores de bens e serviços, conhecedores e respeitadores das diversidades culturais, étnicas, raciais, de género, das pessoas com deficiência e outras. Estados comprometidos com o local e com a capacidade de agir regional e internacionalmente. Para isso, é necessário reforçar a liderança da sociedade civil, a governação local e a governação internacional.

Estados transparentes quanto à informação pública e que prestem contas à cidadania para um cumprimento efetivo dos ODS 16 e 17. Estados que respeitem a independência dos diferentes poderes (Executivo, Legislativo e Judicial) e que trabalhem para o fortalecimento das democracias e das instituições.



- **Necessitamos de avaliar em conjunto e transformar a Cooperação Internacional** e com ela o papel dos organismos, as suas próprias agendas e os seus interesses políticos e económicos ao serviço dos grandes poderes. Não é possível pensar nos ODS 2030, se continuarmos a apoiar os paradigmas estabelecidos por organismos financeiros internacionais.

Os níveis de endividamento dos nossos países serão ainda maiores na pós-pandemia, com o risco que tal envolve e que pode vir novamente a significar o insucesso de outras gerações.

Necessitamos de desenvolver uma cooperação internacional feminista e transformadora, com perspetiva de direitos, que promova a coerência de políticas com o desenvolvimento sustentável e de protagonismo às comunidades. Necessitamos de criar outro tipo de diálogos, mais horizontais e com reconhecimento ativo da liderança da sociedade civil, tal como na Cooperação Triangular e Sul-Sul.

Também se torna indispensável, aprofundar os atuais debates, entre outros, da UE, SEGIB e CEPAL, quanto aos denominados **países em vias de desenvolvimento**, pois o rendimento médio não é uma variável que expresse as profundas desigualdades e o intolerável crescimento da pobreza.

- **Necessitamos de instalar um debate internacional acerca da arquitetura financeira global.** Para tal, é preciso contar com reformas fiscais e tributárias progressivas, e não regressivas como atualmente existem na maior parte dos nossos países. Isto significa que os que ganham mais, contribuam com mais. Em alguns países está-se atualmente a debater um imposto para as grandes fortunas, mas esse não será suficiente se não for acompanhado por reformas fiscais deste tipo e simultaneamente por potentes mecanismos de controlo à evasão fiscal e à fuga de capitais.

- **Necessitamos que a região avance para a universalização dos sistemas de proteção social e de saúde** – incluindo especialmente os grupos mais vulnerados nos seus direitos: meninos, meninas, adolescentes, jovens, mulheres, coletivos afrodescendentes e indígenas, migrantes, idosos, pessoas com deficiência, coletivos LGTBI, etc. - e de lançar um debate sobre as diferentes abordagens relacionadas com as chamadas “transferências condicionadas”, que permitam pensar em rendimentos básicos universais ou numa renda básica cidadã.

- **Necessitamos de criar um Pacto Social educativo**, que contemple uma percentagem do PIB destinada a um cabaz básico digital que permita reconhecer a inclusão digital universal como um bem público e um direito. Este novo pacto deverá também exigir o cumprimento da lei de financiamento educativo imposto pelas metas ibero-americanas 2021 de destinar não menos de 6% do PIB aos níveis educativos obrigatórios ou a ultrapassá-lo, se necessário.

- **Necessitamos de criar um Pacto Social ecologista** no qual os seres humanos entendam de uma vez por todas que fazem parte de um sistema finito e que só poderão conviver se o cuidarem e se cuidarem. A Mudança do Clima é, sem dúvida, consequência do modelo económico extrativista de gestão dos recursos e bens naturais comuns. Neste sentido, torna-se necessário provocar uma mudança no modelo de produção e consumo que permita a convivência de todos e todas e também das gerações futuras.

- **Necessitamos de um Pacto Social que inclua a igualdade de género.** Combater as disparidades salariais e a violência machista, e reconhecer a importância das tarefas de prestação de cuidados como trabalho e centro da nova economia.

- **Necessitamos de um pacto pela liberdade de informação** que combata as táticas de desinformação, as *fake news* e a concentração dos meios de comunicação em grandes monopólios com interesses económicos e políticos devastadores para a cidadania.

- **Necessitamos um Pacto Social baseado num ambiente que favoreça o desenvolvimento dos diferentes papéis, liderança e inovação das Organizações Sociais.** Este deverá abarcar, entre outros, aspetos normativos, de financiamento e espaços de diálogo. Além disso, é indispensável e urgente criar mecanismos de proteção para as organizações e pessoas que lutam pelos direitos humanos.

As Plataformas Nacionais e as Redes Regionais presentes no XIII ECI expressam que:

Neste contexto, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais tiveram e têm um papel relevante para responder aos interesses da população mais vulnerada num quadro de isolamento social. Introduzimos inúmeras estratégias inovadoras e propostas de ação imediata e de reconstrução, mas com muito pouco interesse de diálogo por parte dos governos para abordar de forma colaborativa a resposta



neste contexto e no de pós-pandemia. As principais respostas foram obtidas a partir da solidariedade das pessoas **de forma horizontal**, em especial na prestação de cuidados de saúde e segurança alimentar.

O nosso trabalho vai para além do meramente assistencial, cobrindo as necessidades básicas, mas **tem uma abordagem de direitos que empodera os coletivos mais vulnerados** que torna possível que as pessoas possam ser protagonistas das suas próprias vidas e participem na elaboração da configuração e propostas de políticas públicas mais justas.

A sociedade civil (organizações e movimentos sociais) é e deve ser considerada um agente social e político chave para construir uma realidade que garanta os direitos humanos de forma global num contexto tão complexo provocado pela atual pandemia.

Por isso queremos trabalhar a par dos Estados para conseguir um maior carácter institucional quer a nível nacional quer regional. Como?

Criando espaços para a negociação de legislações que protejam os coletivos formais e informais que trabalham ativamente nas OSC, em cada um dos países, com ações concretas semelhantes às reconhecidas no âmbito empresarial. E respeitando os quadros legais existentes relativamente à liberdade associativa, liberdade de informação, etc.

Reconhecendo institucionalmente as OSC e o seu articulado, com a criação de ferramentas que contribuam para o seu financiamento, por forma a poder continuar a ativar processos e projetos de atendimento, bem como a empoderar os coletivos mais vulnerados, a partir do trabalho comunitário, com imaginação, realismo, ativismo, tanto na rua quanto de forma virtual.

Dando visibilidade e disponibilizando as nossas experiências de sucesso que, com proximidade e agilidade, geram oportunidades de co-criação de espaços e dispositivos dinâmicos de atendimento, colaboração, acompanhamento e ativação de grupos vulnerados, especialmente adolescentes, jovens, mulheres, idosos, quer durante a pandemia quer após esta.

Utilizando ferramentas de transparência e boa governação para garantir a participação de todos os coletivos na construção de propostas de criação de um novo pacto social. As OSC também têm de ser capazes de criar espaços de representação das gerações futuras.

Trabalhando a par dos Estados e dos diferentes setores da sociedade no estabelecimento de redes que levem em conta os coletivos mais vulnerados para criar planos de recuperação económicos e sociais.

Finalmente, as Plataformas Nacionais e Redes Regionais que fazem parte deste espaço de Encontro Cívico Ibero-Americano estão convencidas da importância do seu papel de agentes sociais e políticos em cada uma das questões de fundo que colocam. É a partir da consciência do Público e das nossas capacidades de inovação nas diferentes áreas que temos vindo a desenvolver e que se multiplicaram desde a crise, que nos comprometemos a colocar a nossa **VOZ e AÇÃO** em todos os espaços necessários para conseguir que este **NOVO PACTO SOCIAL** esteja presente na agenda dos mandatários de cada país, em cada um dos espaços e fóruns regionais e internacionais dos quais fazemos parte e evidentemente, em especial, de forma presencial, por ocasião da XXVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado que terá lugar no mês de abril de 2021 em Andorra.

Esta pandemia mundial, dado o seu impacto a todos os níveis, obriga-nos ao compromisso de fazer parte da construção de outra organização do mundo. É entre todos e todas. Nem uma única pessoa a ficar para trás.

Agradecemos à Cidade de Cáceres, à Junta da Estremadura, à AECID e à SPT de Andorra o apoio oferecido para a organização do XIII Encontro Cívico Ibero-Americano, que devido à crise sanitária não foi possível realizar de forma presencial na cidade estremenha.

Terça-feira, 29 de setembro de 2020, em formato virtual.